



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputada Carla Dickson**

## **COMISSÃO DE SAÚDE**

### **PROJETO DE LEI Nº 4.324, DE 2024**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras de monitoramento em sessões clínicas que tratam de pessoas com deficiência, visando à proteção e o acompanhamento da qualidade dos serviços prestados.

**Autor:** Deputado DUARTE JR.

**Relatora:** Deputada CARLA DICKSON

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei que propõe a obrigatoriedade de instalação de câmeras de monitoramento em sessões clínicas que tratam de pessoas com deficiência, visando à proteção e ao acompanhamento da qualidade dos serviços prestados.

A instalação de câmeras de monitoramento devem ocorrer em todas as sessões de tratamento e/ou acompanhamento clínico, para atendimentos psicológicos, serviços de saúde relacionados à reabilitação de pessoas com deficiência, dentre outros serviços de saúde.

O projeto encontra-se na Comissão de Saúde para análise de mérito, e está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II.

Câmara dos Deputados Anexo IV Gabinete 656 CEP 70.160-700 Brasília-  
DF Tel.: (61) 3215-5656/3656 [dep.carladickson@camara.leg.br](mailto:dep.carladickson@camara.leg.br)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputada Carla Dickson**

A proposição ainda será distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

## **II - VOTO DA RELATORA**

Cabe a esta Comissão de Saúde a apreciação do Projeto de Lei nº 4.324, de 2024, quanto ao mérito, no que tange às questões referentes ao seu campo temático e às suas áreas de atividade, nos termos regimentais.

O Projeto de Lei em análise pretende tornar obrigatório a instalação de câmeras de monitoramento em sessões clínicas que tratam de pessoas com deficiência, como o objetivo de oferecer proteção e acompanhamento da qualidade dos serviços prestados.

Assim, esses equipamentos seriam instalados de modo a garantir a segurança da pessoa atendida, resguardando sua privacidade, procedendo-se à devida comunicação ao paciente e aos profissionais de saúde, para conhecimento, antes do início de cada sessão.

Conforme exposto na justificção, a instalação desse mecanismo irá proporcionar ambiente de atendimento mais transparente, tanto para os pacientes quanto para os profissionais envolvidos, de forma a reduzir os riscos de abuso, negligência e descumprimento de protocolos éticos.





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Deputada Carla Dickson**

O monitoramento também irá contribuir para a garantia dos direitos humanos e da proteção de grupos vulneráveis, permitindo que os serviços prestados a pessoas com deficiência sejam realizados com integridade e respeito.

No mérito, a medida proposta mostra-se alinhada aos princípios da proteção dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e com respeito aos valores da dignidade humana, possibilitando a proteção integral das pessoas com deficiência e fortalecendo a confiança da sociedade nas instituições prestadoras de serviços de saúde e reabilitação.

A fundamentação jurídica da proposição encontra respaldo no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estabelece como princípio fundamental a proteção integral dos direitos das pessoas com deficiência, assegurando-lhes condições de igualdade e oportunidades para o exercício de seus direitos e liberdades fundamentais.

Contudo, faz-se necessária à adequação do texto da proposição, a fim de incorporar os ajustes pertinentes que a tornem mais compatível com a realidade administrativa e operacional dos órgãos responsáveis pela sua implementação. Tais ajustes são fundamentais para assegurar a viabilidade técnica e garantir a observância das competências institucionais já estabelecidas no ordenamento jurídico.

Ademais, a proposição deve ser reformulada à luz das boas práticas de técnica legislativa, com o objetivo de assegurar maior clareza, precisão terminológica e coerência com o sistema normativo vigente, evitando interpretações ambíguas, promovendo maior segurança jurídica e facilitando sua aplicação pelos gestores públicos e operadores do direito.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputada Carla Dickson**

Assim, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.324, de 2024, quanto ao mérito, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputada CARLA DICKSON  
Relatora

2025-9118

Câmara dos Deputados Anexo IV Gabinete 656 CEP 70.160-700 Brasília-DF  
Tel.: (61) 3215-5656/3656 [dep.carladickson@camara.leg.br](mailto:dep.carladickson@camara.leg.br)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256913914400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carla Dickson





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputada Carla Dickson**

## **COMISSÃO DE SAÚDE**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.324, DE 2024**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistemas de monitoramento por câmeras em estabelecimentos que realizem atendimentos a pessoas com deficiência, visando à proteção e ao acompanhamento da qualidade dos serviços prestados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de instalação de sistemas de monitoramento por câmeras em clínicas, consultórios, centros de reabilitação e estabelecimentos similares que realizem atendimentos a pessoas com deficiência, na forma do regulamento.

Art. 2º As imagens capturadas devem atender aos seguintes critérios:

I – devem ser armazenadas de maneira segura e acessível, com acesso restrito às partes interessadas;

II – deverão ser mantidas por um período mínimo de 6 (seis) meses, salvo nos casos em que houver exigência legal para sua preservação por prazo superior;

III – não poderão ser utilizadas para quaisquer finalidades que não estejam estritamente relacionadas à segurança e ao controle de qualidade dos serviços prestados;

Câmara dos Deputados Anexo IV Gabinete 656 CEP 70.160-700 Brasília-  
DF Tel.: (61) 3215-5656/3656 [dep.carladickson@camara.leg.br](mailto:dep.carladickson@camara.leg.br)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputada Carla Dickson**

IV – é vedada a comercialização, divulgação ou uso para outras finalidades.

Art. 3º Para fins do cumprimento desta Lei, os estabelecimentos poderão disponibilizar a transmissão dos vídeos em tempo real aos responsáveis.

Parágrafo Único - O disposto no caput deste artigo não exclui o dever de armazenamento pelo estabelecimento prestador do serviço.

Art. 4º O responsável técnico ou diretor da clínica deverá garantir que o sistema de monitoramento esteja em conformidade com as normas de segurança e proteção de dados pessoais, especialmente com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº13.709, de 14 de agosto de 2018) e as normas éticas profissionais.

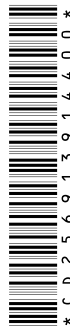
Art. 5º O paciente ou seu responsável legal deverá ser informado sobre a presença de câmeras e o armazenamento das imagens, mediante assinatura de termo de consentimento prévio.

§1º Será garantido o direito de recusa às filmagens, sem prejuízo à continuidade do tratamento.

§2º A comunicação deverá respeitar as normas de acessibilidade, para garantir que pessoas com deficiência tenham pleno conhecimento e compreensão sobre o funcionamento e a finalidade do monitoramento.

Art. 6º O descumprimento desta Lei sujeitará o responsável pelo estabelecimento às sanções previstas em regulamento.

Art. 7º A regulamentação e a fiscalização das disposições desta Lei ficarão a cargo dos órgãos competentes de saúde, de defesa dos direitos da





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputada Carla Dickson**

pessoa com deficiência, de proteção de dados pessoais e dos órgãos de proteção e defesa do consumidor.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta dias) após a sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputada CARLA DICKSON  
Relatora

Câmara dos Deputados Anexo IV Gabinete 656 CEP 70.160-700 Brasília-  
DF Tel.: (61) 3215-5656/3656 [dep.carladickson@camara.leg.br](mailto:dep.carladickson@camara.leg.br)

